

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
DISCIPLINA: HISTÓRIA E ECONOMIA
PROFESSOR: CARLOS GABRIEL GUIMARÃES
ALUNO: EVANDRO DE OLIVEIRA MACHADO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A História é a ciência que estuda a dialética das sociedades¹. De todas as leis da dialética marxista, quer dizer, materialista, é a lei da passagem de transformações quantitativas a novas situações qualitativas a que mais me vem à tona quando discutimos História e suas relações com a Economia. Faz-se, portanto, necessário – antes de tudo – definir duas categorias filosóficas: *qualidade* e *quantidade*.

Qualidade é aquilo que faz de um objeto exatamente este objeto e não um outro qualquer. Este objeto é composto de elementos ligados de uma determinada maneira entre si, dando forma a um sistema. A esta ligação específica dos elementos num sistema podemos chamar de estrutura. Dito de outra forma, *qualidade* é a estrutura de um objeto, de um ente. Esta estrutura é formada por elementos ligados entre si de uma determinada maneira e não de outra. “*Mas enquanto a estrutura, a ligação específica dos elementos num sistema, se mantiver, a qualidade do (...) [objeto] não muda*”². *Quantidade* “*reflete a determinação mensurável dos sistemas e processos materiais, o grau da sua diferença e da sua semelhança em grandeza, volume, número, peso, duração, extensão, intensidade e ordenação estrutural. A quantidade pode ser medida e expressa como grandeza através de relações numéricas. TODA A QUALIDADE POSSUI SIMULTANEAMENTE A SUA DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA E, RECIPROCAMENTE, QUALQUER DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA SÓ PELA SUA RELAÇÃO COM UMA QUALIDADE É INEQUIVOCADAMENTE DEFINIDA*” (grifo meu).³ Tudo existe em qualidade e quantidade. Não existe qualidade sem quantidade assim como também não existe quantidade sem qualidade. **Conhecer alguma coisa é conhecer a sua qualidade e a sua quantidade.**

¹ “(...) se pretende chamar a atenção para a dialética da sociedade e para a História, que é a sua ciência”. SODRÉ, Néelson Werneck, *HISTÓRIA E MATERIALISMO HISTÓRICO NO BRASIL*, Global, São Paulo, 1987, p. 11. “A História é uma ciência social, seu objeto é o conhecimento do processo de transformação da sociedade ao longo do tempo”. SODRÉ, Néelson Werneck, *FORMAÇÃO HISTÓRICA DO BRASIL*, Bertrand Brasil S.A., Rio de Janeiro, 1987, p. 3.

² HAHN, Erich; KOSING, Alfred, *A FILOSOFIA MARXISTA LENINISTA*, Avante!, Lisboa, 1983, p. 71.

³ Idem, p. 72.

Filosoficamente, penso que no mundo *tudo se relaciona*. Dito de outra forma, para a nossa discussão, alterações econômicas em quantidades determinadas podem produzir – e produzem – alterações políticas, assim como alterações sociais podem produzir alterações na economia e assim por diante.⁴ Penso também como Hegel quando nos ensina que só podemos apreender a realidade em sua totalidade e movimento, ainda que não tenha sido capaz de diferenciar realidade objetiva de realidade subjetiva.⁵

É, pois, dentro destas perspectivas filosóficas que penso a História: ciência que estuda uma totalidade em movimento; totalidade possuidora de uma dimensão antropológica, sociológica, geográfica, etc., e também **econômica**. A julgar por tal concepção, não existe uma história econômica, uma história política, uma história da cultura e das mentalidades, enfim, existe apenas – eu repito - a história como uma totalidade em movimento. A História é uma ciência do *todo* e não das *partes*. Existe apenas, portanto, **História**⁶.

Mas eis que surge a seguinte questão: a História é uma ciência quantitativa? Ou é apenas qualitativa? Ou seria os dois ao mesmo tempo? Fico, nesta como em tantas outras questões, com Néelson W. Sodré: “*Não é a quantidade de informações que torna claro um problema científico. É evidente que é preciso sempre partir do particular – e o particular é o fato ou o dado -, mas se o conhecimento não superar o particular ou não atingir o geral ou universal, torna-se inócuo. Uma quantidade de fatos não é História, por exemplo, embora não se possa fazer história sem conhecimento dos fatos. A ciência está longe de ser quantitativa: ela é essencialmente qualitativa. Os que não superam o particular não são cientistas. Podem, quando muito, reunir material preparatório para a ciência*” (grifo meu)⁷. A compreensão da *qualidade* de alguma coisa exige um esforço muito maior de abstração (é um plano mais elevado de abstração) porque envolve não apenas o estudo isolado de cada um dos elementos de um sistema, mas as diversas ligações e/ou inter-

⁴ “... simples alteração na quantidade, realizadas em certo grau, levam a diferenças na qualidade. (...) uma transformação quantitativa muda a qualidade das coisas e até, uma transformação qualitativa a sua quantidade; em que portanto (...) a quantidade converte-se em qualidade e inversamente.(...) Para terminar, invocaremos ainda um testemunho a favor da conversão da quantidade em qualidade: Napoleão. A seguir apresentamos o modo como ele descreve o combate da cavalaria francesa mal preparada, mas disciplinada, contra os Mamelucos, incontestavelmente a melhor cavalaria desse tempo para o combate simples, mas sem disciplina: ‘Dois Mamelucos eram absolutamente superiores a Três Franceses; 100 Mamelucos e 100 Franceses equivaliam-se; 300 Franceses eram facilmente superiores a 300 Mamelucos; 1000 Franceses derrotavam sempre 1500 Mamelucos’.” ENGELS, Frederico, *ANTI-DÜHRING*, DINALIVRO, Lisboa, 1976, pp. 171, 173, 175 e 176.

⁵ “Los <objetos> no son propriamente objetos, o cosas aparte, sino <momentos> del todo, según Hegel, y considerados puramente em sí mismos, aislados, son <falsos>”. HIRSCHBERGER, J. (tradução espanhola); *De Descartes ao Idealismo*, Universität Goethe, Frankfurt, 1954, p.227.

⁶ Francamente, sem querer ser arrogante, penso que a História é a mãe de todas as ciências sociais.

relações existentes entre estes elementos, o que não ocorre no exame da *quantidade*, ou melhor, ocorre sim, mas num plano menos elevado de abstração. O estudo sobre a *qualidade* é mais complexo do que o exame sobre a *quantidade*⁸. Ora, se a História não é a mera narrativa de fatos isolados, ou a informação de dados desencontrados, desordenados sobre determinada época; se à História compete, como nos diz Néelson W. Sodré, conhecer o processo de transformação da sociedade ao longo do tempo, e como sabemos que uma sociedade qualquer é composta de vários *elementos* (economia, política, cultura, classes sociais, etc.), é evidente que a História é *essencialmente qualitativa*, na medida em que compreendê-la é compreender as relações de todo tipo existentes entre os elementos dos sistemas sociais. Nestas condições, a História é mesmo uma ciência de elevado nível de abstração e extremamente complexa. *Essencialmente qualitativa*.

Com este “jurássico” arsenal teórico, lanço-me corajosamente ao presente desafio. Nada tenho a perder... Tenho um mundo novo a ganhar.

1ª AVALIAÇÃO

B) A partir das leituras de Caio Prado Júnior, José Jobson de Andrade Arruda e Carlos Manuel Pelaez e Nicea V. Luz, discuta as posições dos autores sobre a pesquisa no campo da História Econômica.

*José Jobson de Andrade Arruda*⁹

Início com o presente autor em virtude de sua explicação histórica sobre as causas econômicas do surgimento de uma história econômica quantitativa. Como estudante de História, não posso prescindir de colocar as coisas no tempo.¹⁰

“O progresso da mentalidade quantitativa, do sentido da precisão, está intimamente relacionado ao processo de desenvolvimento do sistema capitalista. (...) Se o desenvolvimento do capitalismo é acompanhado por um aumento considerável no universo da precisão, também é válido dizer que o sistema feudal (...) foi caracterizado pela

⁷ SODRÉ, Néelson Werneck, *HISTÓRIA E MATERIALISMO HISTÓRICO NO BRASIL*, Global, São Paulo, 1987, p. 25.

⁸ Não associo a palavra “quantidade” à Economia. Nem pensar! A Economia, tal como a História, a meu ver, também é uma ciência essencialmente qualitativa, embora menos do que a História já que o seu objeto de estudo é mais restrito, enquanto a História, segundo a concepção aqui defendida, buscaria a compreensão da totalidade. A palavra “quantidade” aqui deve ser associada a dados estatísticos, a séries organizadas com tais dados, enfim, a informações ainda não processadas por teoria qualquer de conhecimento.

⁹ ARRUDA, José Jobson de A. “História e Crítica da História Econômica Quantitativa”. *Separata da Revista de História* nº 110. São Paulo, USP, 1977, pp. 463-481.

¹⁰ Temos isto em comum com os estudantes de Direito: a importância que damos aos *processos*.

imprecisão.(...) Mas o capitalismo exige precisão. Números precisos para calcular o capital acumulado e os juros. Distâncias precisas para não perder tempo” (pp. 463, 464). Desenvolve-se a contabilidade. Surgem as primeiras séries estatísticas (ex.: Veneza, 1595). “Da formação de séries estatísticas chegou-se, no último quarto do século XVII, na Inglaterra, ao estabelecimento de um balanço (...) nacional” (p.466). O inglês Thomas Tooke (1774-1858) “pretendia mostrar que as secas fizeram crescer os preços de 1793 a 1819, muito mais do que a guerra ou as mudanças monetárias” (p. 466). “A Revolução Industrial e as transformações ocorridas na agricultura, no final do século XVIII, reorientaram os trabalhos de História Econômica. (...) Por volta de 1840, a História Econômica adquire os primeiros delineamentos. Faltavam, contudo, dois traços essenciais: introduzir o sentido histórico na economia e marcar a importância dos fatos econômicos no conjunto da História” (468). Surge a contabilidade nacional no século XIX. Estes desenvolvimentos eram produto do desenvolvimento do capitalismo. “Foi principalmente a crise econômica de 1929 (...) que advertiu os governos nacionais da necessidade de controle mais sistemático das economias nacionais que pudessem evitar catástrofes semelhantes. (...) É exatamente neste momento que o estudo das conjunturas passadas ganha significado. O estudo das crises passadas poderia ajudar a prevenir as crises futuras. Nos Estados Unidos (...) [surgem] os estudos de História Econômica com base estatística” (p. 467).

“Do despertar da mentalidade quantitativa às primeiras séries numéricas, da riqueza à contabilidade nacional (...), como se comportaram os historiadores da economia face aos dados numéricos? Como evoluiu a História Econômica no sentido da História Quantitativa? E qual a sua postura diante dos dados? [§] A História Econômica sempre foi um segmento da História das Civilizações, confundida e explicada pela História Política, Religiosa ou Institucional. Na época do capitalismo comercial, os fatos econômicos ganharam realce a ponto de constituir-se em matéria suficientemente importante para ser tratada à parte, como unidade autônoma” (p. 467).

A História Econômica receberia, a partir de então, quatro contribuições:

1 - O marxismo, que a partir de análises econômicas - e com base nelas - explicaria os fenômenos históricos¹¹;

¹¹ “Esta produção só surge com o aumento da população. Ela própria pressupõe, por seu turno, um intercâmbio [Verkehr*] dos indivíduos entre si. A forma deste intercâmbio é, por sua vez, condicionada pela produção. {Nota: o termo *Verkehr* em *A Ideologia Alemã* tem um conteúdo muito amplo. Inclui o intercâmbio material e espiritual de indivíduos, grupos sociais e países inteiros (grifo meu). Na sua obra, Marx e Engels mostram que o intercâmbio material, e sobretudo o intercâmbio entre as pessoas no processo de produção, constitui a base de qualquer outro intercâmbio. Nos termos *Verkehrsform, Verkehrsweise*,

2 - A escola histórica alemã da economia política, “para a qual, ao contrário da escola clássica, não existem leis universais, e sim conjuntos, estruturas, que só têm validade no interior dos sistemas econômicos. O que importa não é o universal e sim o específico. A História deve se preocupar com as contingências definidas no tempo e no espaço” (p.468);

3 – A escola dos *Annales*, que passa a trabalhar com o instrumental teórico tanto do marxismo quanto da escola histórica alemã¹²; e

4 – A História Quantitativa, apoiada em números, séries estatísticas, orçamentos e contabilidades nacionais. Produto da crise de 1929, “despertou os historiadores para o estudo dos ciclos ou das flutuações econômicas” (p. 469)¹³.

ARRUDA não esconde seu encanto pela História Quantitativa. “É um período febricitante no que tange à produção intelectual” (p. 470).¹⁴ Estudo das flutuações de curta e longa duração, desenvolvimento da técnica das médias móveis, anuais, decenais; conversão dos preços correntes em moeda de prata, emprego da estatística, etc. E tem razão. Comparar, como fez François Simiand, movimento de preços e salários, a relação que este movimento tem com a flutuação da massa monetária e examinar as reações sociais de todo tipo no mesmo período - estabelecendo relações entre estes fenômenos - é fundamental para uma explicação global de uma determinada realidade histórica, desde que não se cometa o crime de anacronismo¹⁵.

Verkehrsverhältnisse, Produktions-und Verkehrsverhältnisse (“forma de intercâmbio”, “modo de intercâmbio”, “relações de intercâmbio”, “relações de produção e de intercâmbio”), que são utilizados em *A Ideologia Alemã*, encontrou expressão o conceito de **relações de produção** (grifo meu), que nesta altura estava a ser elaborado por Marx e Engels’}. Marx, Karl; Engels, Friedrich; *Obras Escolhidas em Três Tomos*; Edições “Avante!” – Lisboa, Edições Progresso – Moscovo; 1982; Tomo I; pp. 9 e 562. **Relações de produção, como se vê, não são apenas relações econômicas.** “(...) Segundo a concepção materialista da história, o fator que em **última instância** determina a história é a produção e reprodução da vida real. Nem Marx nem eu afirmamos nunca mais do que isso. Se alguém tergiversa dizendo que o fator econômico é o **único** determinante, converterá aquela tese numa frase vazia, abstrata, absurda.” (Engels, carta a J. Bloch, de 1890. Citado por Ciro Flamarion Cardoso, notas de aula sobre a economia antiga, cap. III, p. 14).

¹² “Da conjugação resultante destas duas tendências, escola histórica alemã e marxismo, emerge a terceira influência, que utiliza o aparelho de análise marxista e certas posturas da história histórica alemã na elaboração do instrumental de análise, técnicas e conceitos, inexistentes até então (...). Esta mistura heterogênea de Marx, Schmoller, Simiand, provoca reações químicas que levam a uma mutação decisiva, a uma crise de consciência histórica, da qual a criação dos *Annales* em 1929 foi o símbolo (...). Muitos dos historiadores celebrados até hoje são o fruto deste momento: H. Séé, H. Hauser, L. Febvre, Mathiez, G. Lefebvre e E. Labrousse” (p. 469).

¹³ Não posso concordar inteiramente com ARRUDA sem a seguinte ressalva: Marx há muito que já havia estudado as crises cíclicas do capitalismo. Ver MARX, Karl, *AS CRISES ECONÔMICAS DO CAPITALISMO*, Ed. Acadêmica, São Paulo, 1988. Uma coletânea de textos. Não quero dizer com isto que os estudos posteriores em nada teriam inovado sobre o tema. Nunca isto! Ademais, em 1929, o capitalismo já era monopolista, fenômeno que Marx só pode observar nos seus traços embrionários.

¹⁴ “Febricitante” não poderia ser uma palavra mais atual. Como sabemos, febre lembra estado mórbido. Uma História que só se alimenta de números é uma História desnutrida.

¹⁵ “(...) Lucien Febvre reclamava [que não] seria o economista quem preencheria as necessidades do historiador, pois seus conceitos não são transferíveis mecanicamente para toda economia ou sociedade do passado” (p. 470).

Pierre Chaunu criticaria a História Quantitativa ao afirmar que ela ignorava os homens e os fatos excepcionais. *“Pode servir para perceber as discontinuidades provocadas pelas mudanças qualitativas, mas não é capaz de descobrir a sua origem. Dadas estas lacunas, A História Quantitativa não sabe fornecer uma explicação completa da evolução que ela relata. Os homens e os fatos excepcionais, as rupturas maiores de continuidade são para ela variações exógenas, **que ela transfere para a História Qualitativa.** O que consegue é reunir uma massa de dados numéricos e uma **série** de elementos coerentes e explicativos em si mesmos, mas pouco utilizáveis face aos elos explicativos com as variáveis específicas de toda História (...). O que se pode fazer em termos de História Econômica apoiada em dados numéricos, é o **levantamento de séries, que permitiriam mais tarde uma interpretação global; a isto chama ‘História Serial’** (pp.475, 476). Palavras como “estrutura” (associada a um tempo longo) e “conjuntura” (tempo curto) passariam a fazer parte de um novo aparato conceitual.¹⁶*

Em meio a este debate entre História Quantitativa e Serial, surge nos EUA, na década de 1950, uma nova escola, iniciada por Simon Kuznets, a *New Economic History* ou História Econométrica ou ainda *cliometrics*. Seguramente, a quantificação levada ao extremo. Em resumo, a cliometria consistiria na construção de modelos matemáticos que ganhariam valor explicativo na medida em que fossem alimentados de dados de uma determinada realidade, não importando a época histórica de tais dados. Serviriam, por exemplo, para explicar a crise do Império Romano ou a Revolução Francesa. Bastaria colher de cada um dos processos examinados os dados necessários para alimentarem o modelo. O aparato conceitual utilizado teria um valor universal, aplicável em qualquer época histórica, como por exemplo, inflação, rentabilidade e etc.. *“Várias questões teriam que ser reavaliadas à luz do novo método. O problema da lucratividade da escravidão no sul dos Estados Unidos [por exemplo]”* (p. 478).

POSIÇÕES DE ARRUDA

Arruda não vê com bons olhos a cliometria. A falta e fragilidade dos dados de períodos anteriores ao séc. XIX permitiriam no máximo uma História Serial. O emprego do contrafactual também não lhe agrada, *“pouco eficiente em termos históricos”* (p. 479)¹⁷.

¹⁶ “Num balanço dos resultados obtidos pela História Serial, Chaunu formula três leis. A primeira é a conquista da dinâmica conjuntural, a estrutura ondulante das economias e das sociedades é universal. Em segundo lugar ela permite afirmar a existência de uma conjuntura econômica” (p. 476).

¹⁷ A propósito, não tenho nenhum preconceito contra o uso do “se” nas discussões históricas. Muito pelo contrário, se usado adequadamente, o “se” pode nos levar a abstrações muito interessantes e enriquecedoras.

“A História Quantitativa não é um fim em si mesma, mas um meio de aprender as realidades econômicas (...). O que não se pode permitir é que a História Quantitativa degenerem num exercício estéril de lógica. (...) Trata-se de uma aproximação parcial, **mas com a nítida vantagem de empregar a evidência impessoal e complexa da estatística**” (p. 480, grifo meu). ARRUDA, ao afirmar que a estatística é portadora de uma **evidência impessoal e complexa**, a meu ver, deixa-se – por um momento – seduzir pelos encantos de uma suposta exatidão da História Quantitativa. Acredito que tenha sido um momento de fraqueza frente ao “*canto da sereia*”. O que estaria contido na palavra “impessoal” usada pelo autor? Não tomada de posição frente às contradições de interesses na sociedade? Ausência de um projeto político-ideológico? É algo que precisaria ser melhor esclarecido. E quanto à evidência da estatística, o autor precisaria nos explicar, por exemplo, o significado das famosas “*margens de erro*” e como os erros seriam possíveis numa ciência que tem a **nítida vantagem de empregar a evidência impessoal**. Quanto à complexidade da estatística, parece-me óbvio dizer que qualquer ciência é complexa. ARRUDA, aqui, “choveu no molhado”. Felizmente, vai se recompor logo adiante: “*No fundo, poder-se-ia dizer que os quantitativistas caem na velha ilusão cientificista da analogia entre as ciências exatas e as ciências humanas, e a idéia que o que é racional é aquilo que é matematisável*” (p. 480).

A conclusão a que chega ARRUDA sobre as pesquisas no campo da História Econômica é equilibrada. Concordo com elas. Há pontos positivos e negativos. Elas são úteis e necessárias, desde que o historiador jamais se esqueça de que é um historiador e não um economista; que o seu objetivo é a História do homem. “*Para atingirmos o âmago da explicação da História, o concurso de muitos elementos é indispensável. (...) Pensamos que o pesquisador, o historiador, em suma o cientista social não deve se descartar sumariamente da História Quantitativa (...). O quantitativo (...) pode adensar a análise qualitativa e não substituí-la*” (p. 481, grifo meu)¹⁸.

“Se” vivêssemos num mundo onde só existisse o capitalismo, como ele seria? Eis aí o “se” responsável pelo conceito de “modo de produção” de Marx.

¹⁸ “A grande limitação desta História Econômica está no fato de que é necessário ir além dos dados para compreender a História do homem; é necessário captar as estruturas mais profundas, que meia dúzia de dados estatísticos ou modelos econométricos não são capazes de traduzir. Para atingirmos o âmago da explicação da História, o concurso de muitos elementos é indispensável. Nessa medida, e apenas nestes limites, é que o tratamento quantitativo dos dados, a realização de modelos, a adoção de testes de credibilidade das hipóteses, têm sentido, porque permitem o aprofundamento até a compreensão do processo subjacente. [§] Pensamos que o pesquisador, o historiador, em suma o cientista social não deve se descartar sumariamente da História Quantitativa, deve, pelo contrário, transformá-la num instrumento útil, cuidando para que os dados não se transformem em um fim em si mesmos, e sim num meio que nos permita aprofundar, reavaliar, testar, e no limite inovar os conceitos da História Econômica. O quantitativo aqui é entendido como um instrumento através do qual se pode adensar a análise qualitativa e não substituí-la” (p.

Nicia Villela Luz

*Carlos Manuel Peláz*¹⁹

Estão atentos, como ARRUDA, ao crime de anacronismo. Como exemplo, o emprego da palavra *inflação*. “Os autores ora observam inflação quando se expandem os meios de pagamento, ora quando há alta de preços, embora muitas vezes ocorram ambos, concomitantemente.[§] É aliás comum em alguns autores falar de inflação no Brasil imperial(...). Mas, tratando-se do Primeiro Reinado e da Regência com sua desorganização financeira e escassez do meio circulante, existiria tal situação? Principalmente se levarmos em conta que o País, e mesmo o Rio de Janeiro, não atingira ainda uma economia de tipo monetário?” (p. 8).

Os autores divergem de ARRUDA, e como veremos adiante, também de CAIO PRADO, em alguns pressupostos teóricos fundamentais. ARRUDA, ao analisar o problema da *analogia entre as ciências exatas e as ciências humanas*, indiretamente considera a História como ciência. NICIA e CARLOS consideram-na como uma *disciplina* (“*Disciplina essencialmente qualitativa ...*” p. 5). Não me surpreenderam, pois logo na primeira página demonstraram desconhecer, por exemplo, a importância das lições do passado como instrumento de aprendizagem social, senão vejamos: “*As tentativas visando à formulação de teorias de desenvolvimento econômico têm atraído a atenção dos economistas para o campo da história [usada com o “h” minúsculo], com o objetivo, principalmente, de procurar conhecer os estímulos e/ou os obstáculos que as diferentes sociedades têm encontrado em seu crescimento econômico e estabelecer, desta maneira, o modelo adotado em cada uma delas. Muitos tentam mesmo tirar lições do passado, num esforço nem sempre muito fecundo, pois condições idênticas dificilmente se repetem, para evitar-se no presente os erros do pretérito*” (p. 1, grifo meu). Temos aqui a descoberta da pólvora: *condições idênticas dificilmente se repetem*. Bravo!!! Mas nem aqui pensam como historiadores. Estão errados. Não é verdade que condições idênticas na História *dificilmente se repetem: nunca se repetem!!!* Ou, como diria um mestre, se repetem como farsa ou tragédia. Francamente, estes autores demonstram um certo desprezo, salvo melhor juízo, pela História. Na pág. 5 é *disciplina*; na pág. 1 é um *ramo de conhecimento*... E o pior: um *ramo de conhecimento* ou uma *disciplina* carente de objetividade e precisão. É o que podemos inferir do trecho a seguir: “*De outro lado, a*

481). Pode parecer inútil a presente transcrição. Se a fiz foi precisamente pelo fato de ver nela uma síntese de como um materialista dialético deve se situar nesta discussão.

¹⁹ LUZ, Nicia Villela; PELÁEZ, Carlos Manuel, *ECONOMIA E HISTÓRIA: O ENCONTRO ENTRE OS DOIS CAMPOS DE CONHECIMENTO*, Revista Brasileira de Economia, volume 26, nº 3, jul./set. 1972.

grande importância atribuída aos fatores econômicos na evolução das sociedades [ao menos são evolucionistas; enfim, um atenuante] e a incorporação à análise histórica de novas técnicas, como a das estatísticas, têm levado os historiadores a voltarem-se para a economia, ao mesmo tempo em que procuram dar ao seu ramo de conhecimento uma maior objetividade e precisão” (p. 1, grifo meu). A falta de objetividade e precisão residiria numa falta de costume em lidar com dados concretos. “No caso dos economistas, observa-se que têm, talvez mais do que qualquer outro cientista social [lembramos que, para os autores, a História não é ciência e portanto historiadores não poderiam ser cientistas sociais] condições de melhor compreender a história e seu processo. Acostumados, apesar de suas inclinações teóricas [posso apostar que há aqui uma dose cavalgar de ironia contra os historiadores de verdade], a lidar com dados concretos, adaptam-se mais facilmente aos aspectos informativos da história (...)” (p. 2, grifos meus). Para os autores, como se lê, os economistas – talvez mais do que qualquer outro cientista social – reúnem as melhores condições de compreender a história e seu processo... Perdemos o estatuto de ciência; fomos rebaixados a mera disciplina ou ramo, e agora – talvez pela falta de objetividade e precisão, perdemos o emprego²⁰. Como sequer somos cientistas sociais, a vaga de um economista – cuja atribuição seria a de compreender a história e seu processo – talvez seja preenchida por um antropólogo, ou um geógrafo ou, quem sabe, até um físico nuclear. “E. H. Carr^(...), em seu desprezioso mas inteligente ensaio, mostra-nos como tem diminuído, ao nível da reflexão científica, a distância entre a história e as ciências propriamente ditas. Mostra-nos, por exemplo, como um físico nuclear pode estar mais interessado em verificar como as coisas se passam, ou como acontecem, do que em formular leis gerais à maneira clássica” (p. 2, grifo meu).

Os autores não compreendem que contar como as coisas se passaram é diferente de fazer História.²¹

²⁰ Na página 4, os autores mudam o discurso: “Outro ponto a destacar é a tendência dos cientistas sociais, outros que os historiadores (...)”. Aqui o historiador é considerado um cientista social. Nas páginas 14 e 15, forçando um pouco a barra, podemos tentar acreditar que os autores consideraram os historiadores como cientistas sociais: “Historiadores, economistas e outros cientistas sociais...”. “Outros cientistas sociais além dos economistas” - sem os historiadores – seria uma interpretação mais de acordo com o pensamento dos autores. Insisto nesta questão, não por vaidade, mas por se tratar de fundamento teórico que demarca diferentes concepções sobre a utilidade do conhecimento econômico para a produção de conhecimento histórico.

²¹ É possível, mas talvez injusto, imaginar os autores, quando na página 5 afirmam que a história é uma disciplina essencialmente qualitativa, afirmarem logo em seguida: “Deixaria de ser disciplina e ganharia o estatuto de ciência se fosse essencialmente quantitativa”. A meu ver, não há ciência que não tenha como uma de suas atribuições descobrir leis gerais. Contar como um objeto cai de uma altura de 100 metros é realmente bem diferente de se tentar buscar a lei que rege todas as quedas de todos os objetos quando largados a qualquer altura acima do solo em nosso planeta Terra. Só neste último caso temos ciência. Contar como algumas explosões sociais da era capitalista se deram é bem diferente de se tentar buscar as leis que se

POSIÇÕES DE NICIA E CARLOS

Concordam com ARRUDA quando este diz que a História Quantitativa não é um fim em si mesma: *“Para tanto, as análises quantitativas certamente serão de grande valia, uma vez, porém, que estejam a serviço da história e não se transformem de simples instrumento que são em um fim em si mesmo”* (p. 9).

Como já dito, estão atentos a possíveis anacronismos.

Em virtude de suas concepções sobre o que vem a ser História, sua utilidade, ciência ou mera disciplina, enfim, fica muito difícil saber o que exatamente seria de útil para os autores os conhecimentos da Economia. Talvez pudessem complementar uma história narrativa, *“pois condições idênticas dificilmente se repetem”*. Teríamos, com a Economia, uma história melhor contada, mais rica, mais completa...

Seja como for, são dialéticos quando dizem que *“o processo social é um todo indivisível”* (p. 14). E dão bons conselhos metodológicos quando dizem que *“Para interpretar os dados corretamente e fornecer uma narrativa analítica significativa, o economista que trabalha sobre o passado deve conhecer a história em seus mínimos detalhes. O mesmo é válido para o historiador que pretende interpretar os aspectos econômicos do passado”* (p. 15). A preocupação em *fornecer uma narrativa analítica significativa* parece mesmo indicar que os autores percebem a história como uma disciplina cuja função seria *narrar* o passado, tão-somente.

No mais, como em várias outras passagens em que os autores pecaram pela imprecisão conceitual, resta indagar o que de fato tentaram dizer com a expressão *“grandes recompensas intelectuais”*²².

Caio Prado Júnior²³

O nosso grande marxista, como bom marxista, começa seus escritos abordando filosoficamente a questão. E tem razão ao fazê-lo, pois que discutir quantidade e qualidade é discutir – antes de tudo - filosofia.

“Os dados numéricos, as estatísticas trazem sem dúvida, como sempre trouxeram quando disponíveis, contribuição capital para a elaboração historiográfica. Mas isso

manifestaram nestas explosões sociais, suas causas, os dados que uma vez repetidos em ambiente semelhante produziriam novas explosões sociais. Só neste último caso teríamos História enquanto ciência social.

²² *“Obviamente, este é somente um passo preliminar na análise global da sociedade. Mas tão pouco se tem feito, neste sentido, no Brasil – país que possui uma fascinante história econômica – que existem grandes recompensas intelectuais para o pesquisador sério e metódico”* (p. 15).

como informação adicional, complementação e auxiliar certamente precioso dessa elaboração; e **não como elemento fundamental**, base e norma metodológica em que assentasse e de onde partisse a elaboração” (p. 1, grifo meu). CAIO PRADO, a meu ver, comete aqui um equívoco filosófico, e digo isto com pesar. **“Toda a qualidade possui simultaneamente a sua determinação quantitativa e, reciprocamente, qualquer determinação quantitativa só pela sua relação com uma qualidade é inequivocadamente definida”**.²⁴ Sendo a *matéria*²⁵ possuidora de uma *quantidade* e de uma *qualidade*, para o seu conhecimento faz-se necessário o exame destas duas determinações.²⁶ **É pois, a quantidade um dos elementos fundamentais para o conhecimento da matéria.** Toda *qualidade* só existe quando associada a uma *quantidade* e vice-versa. Uma *quantidade* sem *qualidade* é um absurdo tão grande quanto uma *qualidade* sem *quantidade*²⁷. Dito de outra forma, não se pode conhecer a *matéria* se não atentarmos para a sua dimensão quantitativa. A *quantidade* é, pois, também um *elemento fundamental*.²⁸

CAIO PRADO está preocupado com a renovação do conhecimento historiográfico. Como homem de seu tempo, interessado em conhecer o mundo para transformá-lo, é natural que o seu *ser político* falasse mais alto, em determinados momentos, do que o *homem de ciência*²⁹. Seu texto foi escrito em 1975, uma fase difícil para a esquerda brasileira em plena ditadura. Era evidente que a renovação qualitativa precedia uma renovação quantitativa da história.³⁰ O Lenin *político* também com muita frequência falava

²³ PRADO JR., Caio, “História Quantitativa e Método da Historiografia”. *Debate e Crítica*, São Paulo, 6: 1-20, julho de 1975.

²⁴ HAHN, Erich; KOSING, Alfred, *A FILOSOFIA MARXISTA LENINISTA*, Avante!, Lisboa, 1983, p. 72.

²⁵ É preciso conceber esta palavra “matéria” não no seu sentido vulgar, do senso comum, enfim, algo palpável, objetos físicos, etc. “Matéria” aqui deve ser vista como uma categoria filosófica, tudo aquilo que existe independentemente e fora da nossa consciência. Neste sentido, o mundo material é o mundo objetivo. Engloba as relações econômicas, políticas, enfim, engloba tudo o que seja produto da relação entre os homens e entre os homens e a natureza, ficando de fora apenas os pensamentos, as ideologias e etc., que emergem deste mundo material. As relações de produção são relações que os homens obrigatoriamente estabelecem entre si, independentemente de quererem ou não. “Relações de produção” é, pois, matéria. Mais precisamente, **matéria social**. “[Matéria é uma] categoria filosófica para designar a realidade objectiva, que é dada ao homem nas suas sensações, que é copiada, fotografada, reflectida pelas nossas sensações, existindo independentemente delas”. Lénine, V. I.; *Materialismo e Empirio-criticismo*; Edições “Avante!” – Edições Progresso; Lisboa-Moscovo; 1982, p. 97.

²⁶ A exposição poderá não se revelar clara. É o preço que se deve pagar pela concisão. Ademais, impossível não sacrificar a didática quando o espaço é curto e o assunto por demais complexo.

²⁷ Lembrei-me de Engels: “Porque as formas fundamentais de todo o Ser são o espaço e o tempo, e um Ser fora do tempo é um absurdo tão grande como um Ser fora do espaço”. ENGELS, op. cit., p. 70.

²⁸ CAIO PRADO, ao longo de todo o seu texto, demonstra conhecer bem esta relação dialética entre as categorias filosóficas *quantidade* e *qualidade*. “(...) a ‘quantificação’ (...) não é senão a medição da qualidade” (p. 11).

²⁹ “(...) penetrar no porque e como das vicissitudes e contingências da existência coletiva do homem, a fim de conhecer melhor essa existência e poder orientá-la e conduzi-la (grifo meu) (...) da melhor e mais conveniente forma” (p. 2).

³⁰ “Não é com esse material, (...) ou não é somente com ele – façamos justiça ao que ela trouxe de positivo, e que são elementos estatísticos (...) – que se irá verdadeiramente renovar a historiografia naquilo que ela

mais alto, sacrificando muitas vezes a verdade científica em benefício de ganhos políticos³¹. Não podemos compreender, portanto, adequadamente o pensamento destes homens *políticos*, ou *homens de ciência engajados*, suas supostas contradições, se não levarmos em conta esta dimensão política do historiador, quando evidentemente ela existe. É natural, portanto, que CAIO PRADO tenha exagerado em seus ataques contra uma história quantitativa que se desenvolvia sobre uma história qualitativamente atrasada³².

E exagerou mesmo. “*O fato é que a maior e principal parte das circunstâncias que concorrem na configuração e dinâmica do processo histórico, que é o assunto central da historiografia, não são por natureza quantificáveis*” (p. 7, grifo meu). E cita como exemplo as *relações de produção*. Ora, como não quantificar os *elementos* que dão forma à *estrutura (qualidade) das relações de produção*? Número de operários em relação ao capital empregado, distribuição da renda, a concentração da renda, da propriedade, etc. etc. etc. não são elementos quantificáveis? “*O que há aí de quantificável (...) é mínimo, secundário, incidente*” (p. 7, grifo meu). Vimos que não. “*O papel e participação da quantidade nos procedimentos da elaboração e conhecimento da história não é somente reduzido e modesto. É que a quantidade é nitidamente de natureza derivada (...)*” (p. 8, grifo meu). CAIO PRADO comete aqui, a meu ver, mais um equívoco filosófico. De onde então deriva a *quantidade*? Pela lógica, da *qualidade*. Primeiro a *qualidade*, depois a *quantidade*. Sendo assim, seríamos obrigados a admitir a existência, em algum momento, da *qualidade sem quantidade*³³.

Não existe *matéria* sem *quantidade* e *qualidade*. Pode faltar ao homem meios de medição para um tipo específico de *matéria* (como as relações de produção, para alguns), mas isto não significa dizer que tal *matéria* não tenha *quantidade*. Não é por desconhecer o metro quadrado que alguém terá o direito de afirmar que um campo de futebol não possui

necessita efetivamente de renovação(...). Do que se necessita é de uma perspectiva diferente que não aquela que encontramos ainda tão marcada na historiografia corrente e tradicional, e que vem a ser a da simples narrativa, quase diríamos ‘anedótica’; do registro cronológico de eventos desatados uns dos outros afora as datas que lhes assinalam a ordem temporal; ou o rol de personagens ilustres e proeminentes” (p. 2, grifo meu).

³¹ Ver GRUPPI, Luciano, *O PENSAMENTO DE LÊNIN*, Graal, Rio de Janeiro, 1979.

³² Posteriormente, Caio Prado continuaria a desprezar a História Quantitativa, suas contribuições, revelando certa rigidez em seu pensamento (nota colhida em sala de aula).

³³ Se como metodologia do conhecimento qualificamos alguma coisa para depois quantificá-la, isto é apenas – e tão-somente – uma operação do nosso pensamento. Não é porque o nosso pensamento qualifica primeiro para quantificar depois que no mundo objetivo também é assim. No mundo objetivo, qualquer ente quando surge o faz já portando sua qualidade e quantidade simultaneamente. No mundo objetivo, não aparece primeiro uma qualidade para dela depois *derivar* uma quantidade. ***A quantidade é nitidamente de natureza derivada somente em nosso pensamento***, como um método para conhecer as coisas. O pensamento separa as coisas (através da utilização dos conceitos) para fazer análises e sínteses. Já no mundo objetivo, quantidade e qualidade derivam uma da outra, digamos assim, e são uma pela outra condicionadas. E uma não vem ao mundo sem a outra.

uma dimensão quantitativa. Foi preciso inventar o metro quadrado para medir a dimensão quantitativa do campo de futebol, mas tal dimensão quantitativa sempre existiu antes da invenção do metro quadrado - desde que o campo era campo, e mesmo antes de o campo ser chamado de campo. O método materialista e dialético nos orienta a primeiro observar o objeto para depois criar o conceito. Mas o objeto já existia. Não é o conceito que cria o objeto; o objeto já existe antes da criação do conceito. Do contrário, seremos obrigados a concordar com certas concepções filosóficas que acusam Marx de ter criado a classe operária no instante em que passou a chamar um conjunto de trabalhadores fabris desta forma. Isto é idealismo filosófico sofisticado, mas é idealismo. Ora, as relações sociais de produção são relações objetivas e existem independentemente de nossa vontade. Constituem *matéria social*³⁴.

“A quantidade e a contagem que a medição da quantidade implica constituem certamente elementos da maior importância na elaboração científica do conhecimento historiográfico (...) mas no lugar que lhe compete, e não como base e força propulsora essencial daquela elaboração. Não seria pois através de simples quantificações e manipulação de quantidades que se logrará a renovação da historiografia” (p. 9, grifo meu). Vimos (vide nota de rodapé nº 4) resumidamente como pequenas alterações quantitativas (evolução), atingindo um certo nível quantitativo, alteram a qualidade (revolução). Se o pensamento opera dialeticamente (a meu ver, opera mesmo), impossível não aceitar alterações quantitativas no emprego continuado da História Quantitativa **como base e força propulsora essencial** (evolução) para uma renovação historiográfica (revolução). O *salto qualitativo* – operado no pensamento – ocorre quando a *quantidade* atinge certa quantidade³⁵.

POSIÇÕES DE CAIO PRADO

³⁴ Temos, inicialmente, cinco imposições sobre as quais nada podemos fazer: 1– existimos independentemente de nossa consciência concordar com isto; 2 - para que continuemos existindo, precisaremos comer, morar, vestir, nos reproduzir, etc.; 3 – estamos, conseqüentemente, condenados a trabalhar; 4 – somos obrigados – pela necessidade - a estabelecer relações com nossos semelhantes, ainda que alguns deles sejam asquerosos, relações sociais de produção dos meios de vida, relações de produção; e 5 - aquilo que somos depende das condições materiais da nossa produção, da nossa existência. Estes são, a meu ver, os pilares sobre os quais se sustentam o materialismo histórico. A consciência emerge do mundo material, nunca o contrário.

³⁵ Como já foi dito, o autor não demonstra desconhecer a dialética, senão vejamos: *“Outro tipo de contribuição possível da quantificação para a elaboração do Conhecimento historiográfico (...) viria da devida consideração e verificação da eventualidade de mudanças de quantidade em qualidade. Essa mudança, tanto no sentido positivo (aumento), como no negativo (diminuição) além de certos limites (o ponto nodal de Hegel), determina mudanças qualitativas. O que transporto para a Realidade histórica é traduzido em termos historiográficos, significa a transformação de uma situação histórica em outra como conseqüência do aumento ou diminuição dos índices quantitativos da situação considerada”* (p. 19).

Chama a atenção, como os demais autores, para os anacronismos da História Quantitativa.³⁶

Céptico, bastante céptico em relação às potencialidades da História Quantitativa e também Serial. De que poderia servir as séries quantitativas para compreendermos a transformação do artesão em operário? (p. 17).

“Não é assim pelo simples apelo à quantidade (...) que se estará renovando (...). Não é pela simples quantificação e acumulação de dados estatísticos, por mais abundante que isso se realize (...) que se logrará qualquer renovação de base. E fora esse trabalho de levantamento de dados estatísticos, em praticamente nada mais de fecundo tem consistido aquilo que se entende por história quantitativa” (pp. 1 e 2)³⁷.

CAIO PRADO reconhece o “*papel considerável (p. 19)*” da quantificação na elaboração do conhecimento historiográfico, o que não é o mesmo que dizer “papel fundamental”. Como ele mesmo escreveu, um papel complementar (p. 19). Tem razão ao afirmar que a História Quantitativa não pode substituir as análises qualitativas. Como diria Marx, “*Toda ciência seria supérflua se a aparência e a essência das coisas se confundissem*”.³⁸ Mas penso que erra ao não ver o papel fundamental da quantificação para o conhecimento mais completo, mais aproximado da realidade objetiva que, como já foi dito, possui também a sua dimensão quantitativa, como tudo no mundo.

Embora profundo conhecedor do materialismo dialético, falhou ao utilizá-lo como instrumento teórico-metodológico na medida em que não explorou todas as suas potencialidades, como acredito ter demonstrado aqui, ou não quis fazê-lo intencionalmente por razões políticas já ditas.

2ª AVALIAÇÃO

Escolha dois autores (de uma relação já dada) e discuta a metodologia nos seus textos

(pesquisa).

Celso Furtado³⁹

³⁶ “(...) modelos construídos pelos economistas para dar conta das conjunturas ordinárias do capitalismo desenvolvido. Tipo de manipulação matemática essa que pode levar na historiografia (...) a aberrações do tipo do cálculo da evolução da renda ou produto nacional – índices esses específicos da economia capitalista, e conceituados dentro do sistema dessa economia – em sociedades feudais ou escravistas; ou na identificação proposta por destacado historiador quantitativista, do engenho de açúcar brasileiro do século XVII com ‘uma indústria pesada análoga à nossa indústria metalúrgica’ “ (pp. 6 e 7).

³⁷ “Em que, é de se perguntar, pode consistir a contribuição de séries estatísticas, ou mesmo outros quaisquer dados quantitativos (...)? Obviamente só como subsídio, informação complementar e esclarecedora de algum aspecto particular ou pormenor da mudança verificada” (p. 17).

³⁸ MARX, Karl, *EL CAPITAL*, México: Fondo de Cultura Económica, 1959, vol. III.

³⁹ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 19ª ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1984, (caps. 8 e 9).

“O presente livro *pretende ser tão-somente um esboço do processo histórico de formação da economia brasileira.* (...) [§] *Omiti-se quase totalmente a bibliografia histórica brasileira, pois escapa ao campo específico do presente estudo, que é simplesmente a análise dos processos econômicos e não reconstituição dos eventos históricos que estão por trás desses processos*”.⁴⁰ Embora não faça rigorosamente parte do texto em discussão, esta citação condensa, sob muitos aspectos, a teoria e - por conseguinte - a metodologia de CELSO FURTADO. Por exemplo, o seu mecanicismo (em oposição à dialética) ao separar a economia de outras dimensões da realidade objetiva, acreditando ser capaz de *analisar os processos econômicos sem reconstituir os eventos históricos*, assunto de que trataremos adiante em algumas de suas citações. Uma metodologia problemática na medida em que “*pretende ser tão-somente um esboço do processo histórico de formação da economia brasileira*” sem a “*reconstituição dos eventos históricos que estão por trás desses processos*”. Pretende, portanto, tratar da história da economia *sem a História*. É curioso...

Vai analisar os processos econômicos - sem a História - utilizando-se de um aparato conceitual adequado a sociedades de mercado, enfim, capitalistas. Aqui reside um de seus maiores equívocos. É um idealista (em oposição ao materialismo filosófico) e, como consequência de seu idealismo, pratica regularmente o crime de anacronismo. Ora, a mentalidade dominante nas sociedades de mercado é a busca de enriquecimento material. Em última instância, em qualquer sociedade classista, é claro que sempre foi assim! Não há nada de novo nisso. Primeiro a riqueza, e com ela o *status* e o poder. Mas há diferenças, caramba! – significativas e já EXAUSTIVAMENTE demonstradas pelos historiadores. Nem sempre foi exatamente assim **em todos os tempos**. Tentando ser mais claro, nas sociedades de transição do feudalismo para o capitalismo (que é o caso de Portugal no início de nossa colonização), nem sempre o indivíduo pensava só na riqueza em si mesma, um fim em si mesmo, mas um meio para obter – ou comprar – por exemplo, títulos de nobreza, quer dizer, obter *status*. Se *status* é proporcional ao tamanho de todas as minhas propriedades territoriais, sempre que puder comprarei mais terras, ainda que *economicamente* não seja a compra mais indicada a fazer do ponto de vista econômico-financeiro. Não se pode transpor mecanicamente uma racionalidade capitalista moderna para todos os espaços e todos os tempos históricos. E não é sem razão que reclamaria um senhor feudal português imaginário:

⁴⁰ Idem, 22ª Edição, p. 2.

“Por favor, senhores! Não me obriguem a pensar como vocês! Não sou um empresário do século XX! Dane-se se a compra de mais terras é menos lucrativa do que o investimento em outros empreendimentos comerciais! Sim, vou imobilizar capital... E daí! O dinheiro é meu e faço com ele o que eu quiser. Eu quero estar na Corte, curtir seus luxos e prazeres, e para tanto preciso de prestígio. Já tenho mais do que preciso para viver o resto de minha vida sem preocupações. Mas não tenho status, entende? E aqui, meus amigos, status, prestígio ainda é sinônimo de terra. É assim que funcionam as coisas por aqui, senhores anacronistas. Então é na compra delas que no momento estou interessado. Poderei ter prejuízos econômicos (e sei disto; não sou burro, apesar de suas piadinhas sem graça) ou menos lucros se comparados a investimentos em outros lugares, mas vou ter aquilo que no momento é para mim o mais importante: prestígio para penetrar – em todos os sentidos - naquele maravilhoso mundo da Corte, com suas vaidades, seus luxos, seus prazeres... Fiquem vocês com suas preocupações quantitativas, econômicas, numéricas ou seja lá o que forem! Eu quero é qualidade! Em meio a lindas mulheres, ótimos vinhos e muita patifaria, vou ficando por aqui, curtindo meus sucessos e vaidades, ainda que às custas de um prejuízo ali, outro acolá... Fiquem vocês com os seus fluxos de renda, que eu por aqui vou gastando as minhas rendas e curtindo os meus fluxos, valeu?”⁴¹

O anacronismo e a coleta seletiva de dados, quer dizer, a exclusão de fatores não econômicos para a explicação do processo econômico, induz CELSO FURTADO à conclusões não muito satisfatórias, apesar de profundamente lógicas. Ao demonstrar que a indústria⁴² açucareira do período colonial tinha capacidade – não utilizada - de se autofinanciar, conclui o autor: “(...) que destino tomavam os recursos financeiros sobrantes? É óbvio que não eram utilizados dentro da colônia, onde a atividade econômica não-açucareira absorvia ínfimos capitais. (...) A explicação mais plausível para esse fato talvez seja que parte substancial dos capitais aplicados na produção açucareira pertencesse aos comerciantes. Sendo assim, **uma parte da renda**, que antes atribuímos à classe de proprietários de engenhos e de canaviais, seria o que modernamente se chama renda de não-residentes, e permaneceria fora da colônia” (p. 46,

⁴¹ Os anacronismos do nosso imaginário personagem são perdoáveis visto tratar-se de ficção.

⁴² Não discutiremos o conceito de “indústria” neste trabalho por razões de espaço.

grifo meu). Conclusão, a meu ver, correta: uma parte da renda, por exemplo, ia para os comerciantes holandeses, um dos grandes patrocinadores da empresa açucareira. Mas onde entraria aí a *parte dos recursos financeiros sobranes* consumida pelos senhores de engenho em gastos suntuários? Um exame da pauta de importações do período seria necessário para melhor discutirmos esta questão. Grande ou não esta *parte*, o fato é que o autor, ao transpor uma racionalidade capitalista moderna para o senhor de engenho do período colonial, sequer se deu conta de que tais gastos poderiam ser significativos, pois sequer os pesquisou, deixando um vazio em seus estudos, e muitas dúvidas sobre suas conclusões.

Tais dúvidas decorrem também de um procedimento imperdoável para qualquer historiador, a saber: não trabalhar com fontes, ou tirar conclusões precipitadas sem um cuidadoso estudo sobre os respectivos elementos comprobatórios (os *documentos*). Não se pode substituir a ausência de fontes com expressões do tipo “*estima-se*” ou “*admite-se*” e – com base nelas – construir toda uma explicação histórica.⁴³

O capítulo IX (FLUXO DE RENDA E CRESCIMENTO) mereceria um trabalho à parte. As debilidades teóricas e metodológicas do autor são aqui recorrentes (mecanicismo, idealismo filosófico, anacronismo, coleta seletiva de dados e pouca fonte). No entanto, a riqueza das análises e conclusões apresentadas por CELSO FURTADO, inteiramente coerentes com o seu método, são muito sólidas!⁴⁴ Para estudá-las, só mergulhando no seu pensamento, dominando o seu método. Só assim poderemos tirar proveito de toda a sua valiosa obra científica, retirar tudo aquilo que existe de verdade do ponto de vista do conhecimento histórico. E são muitas verdades, seguramente.

Gadiel Perruci⁴⁵

Suas considerações sobre a utilização de métodos quantitativos em História são pertinentes. Vê com bons olhos o emprego de estudos quantitativos, que podem

⁴³ “*Estima-se que o número total de bois existentes nos engenhos era da mesma ordem do número de escravos. Por outro lado, admite-se que um boi valia cerca da quinta parte do valor de um escravo e que sua vida de trabalho era apenas de três anos (p. 44)*”.

⁴⁴ Como exemplo destacado, as suas explicações sobre as causas econômicas da capacidade da empresa açucareira em preservar a sua estrutura nos períodos de crise, regredindo até a uma espécie de economia escravista de subsistência se necessário, mas **sem enfrentar riscos estruturais**.

⁴⁵ PERRUCCI, Gadiel. Ciclos Econômicos Regionais: um estudo de preços no Nordeste (parte III). IN: Idem. **A República das Usinas: um estudo de História Social e Econômica do Nordeste: 1889-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp. 151-218.

“completar e auxiliar o quadro interpretativo de uma época e de um espaço dado” (p. 153). Combate o anacronismo.⁴⁶ Trabalha com fontes.

Estranha é a sua posição a respeito do caráter quantitativo ou qualitativo da História, que não me pareceu coerente com suas posições e com os resultados dos seus estudos, extremamente dialéticos, qualitativos, como adiante veremos.⁴⁷

Um exemplo de como se deve produzir conhecimento histórico enquanto ciência que estuda uma *totalidade em movimento*, encontramos no seguinte trecho: “Em 1916, manifesta-se uma ligeira alta dos preços no mercado recifense [resultado obtido graças aos estudos quantitativos realizados pelo autor]; ela resulta, ao que parece, da boa campanha açucareira que permite um crescimento importante das exportações. Entretanto, no ano seguinte, o Nordeste é assolado pela estiagem [dados geográficos] que provoca uma crise no abastecimento do Recife; com o já normalmente alto custo de vida local se agravando, explodem greves operárias locais [luta política⁴⁸] de grande intensidade, especialmente em 1917” (p. 197). A utilização de dados econômicos indiscutivelmente comprovados pelos estudos quantitativos, de informações já comprovadas (a estiagem de 1917 e as greves operárias locais), a análise *qualitativa* de tudo isso permitiu ao autor reconstituir o passado com muita segurança, sobretudo porque todas as conclusões são baseadas em documentos comprobatórios. Se alguém pusesse em dúvida, por exemplo, o movimento de preços em 1916, GADIEL PERRUCI teria como demonstrar, ou melhor dizendo, provar a ausência de imprecisão ou especulação de suas afirmativas bastando, dentre outras alternativas, mostrar as tabelas que foram produzidas a partir de enormes bancos de dados alimentados com informações exaustivamente criticadas e de fontes seguras. Daí o porquê de GADIEL iniciar o seu capítulo sobre a proposta fundamental do seu estudo dizendo: “O estudo de preços apresentado a seguir **pretende complementar a análise qualitativa da conjuntura sócio-econômica do Nordeste e, particularmente, de Pernambuco. De certo modo, complementar e também confirmar quantitativamente algumas afirmações, explícitas umas, outras implícitas, apostas no discurso anterior**” (p. 159, grifos meus).

⁴⁶ “ (...) o ponto fundamental que se pode colocar a respeito da ‘História Quantitativa’ refere-se à tentativa de aplicação de ‘modelos’ do presente à realidade do passado.(...) Em outras palavras, é possível se falar da Economia como uma ‘ciência universal’, isto é, uma ciência cujos princípios sejam verificáveis em todos os sistemas econômicos do presente e do passado? Não possuiria cada sistema econômico suas próprias leis? Dessa maneira, os mecanismos econômicos não seriam diferentes em cada sistema e, em consequência, em suas combinações, isto é, suas estruturas não seriam também diferentes?” (p. 155).

⁴⁷ “Com efeito, acreditou-se durante muito tempo que a História seria, talvez, uma das poucas ciências definitivamente incapazes de formulações matemáticas de seus problemas; a História era e continua sendo, para muitos, uma ciência essencialmente qualitativa” (p. 152).

⁴⁸ Não discutiremos aqui se greve econômica é ou não é um movimento também político.

Ao estudar as crises econômicas cíclicas do Nordeste, o autor percebe, além das conexões da economia regional à economia mundial em função de uma posição capitalista periférica e dependente, que tais crises são em número maior do que aquelas ligadas à economia mundial. A comparação entre tabelas não permite questionamentos a respeito. *“Com efeito, e como se verá mais adiante, o Nordeste apresenta um maior número de crises cíclicas, além – é claro – daquelas que coincidem - diríamos, matematicamente – com as do sistema capitalista mundial”* (p. 160). Após examinar várias tabelas e relacioná-las com outras fontes não-econômicas de dados, o autor conclui que *“como [o] caráter da produção regional é diferente daqueles dos países industrializados, a conjuntura regional se comporta igualmente de uma maneira diversa. Em outros termos, além das crises gerais do sistema capitalista ocidental, a conjuntura regional conhece outros tipos de crises que podem coincidir no tempo, ou não, com as crises mundiais, mas que apresentam sempre características específicas”* (p. 198). Por isso o movimento cíclico das crises regionais é mais veloz do que o das crises mundiais.

A pergunta que poderíamos fazer, ao que nos interessa nestes escritos, é se o autor seria capaz de chegar às conclusões apresentadas sem os recursos da estatística, enfim, da quantificação e seus métodos específicos. Creio que não.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que há por detrás dos números? Quem são os atores sociais? Quem está ganhando e quem está perdendo no processo econômico? E os protagonistas? São perguntas que os historiadores, ao dialogarem com a economia, precisam fazer o tempo todo para não se converterem em economistas. A história não é uma mera leitura de números. É preciso, pois, pensar para além deles.

Os números são perigosos e podem nos ofuscar. O fato político pode ser muito mais importante e decisivo do que o econômico. Não devemos ser reféns dos números. Devemos explicar o mundo e não apenas contá-lo. O mundo é feito de *quantidade* e *qualidade*.

O historiador deve, pois, dialogar – sim - com a economia, mas é seu dever de ofício fazê-lo com cuidado e desconfiança. Há projetos político-ideológicos embutidos em todos os paradigmas. Desvendá-los, eis a questão! Não há – e nunca haverá - neutralidade para quem faz ciência, e muito menos quando esta ciência é social.

Conhecer os métodos quantitativos é condição indispensável para os estudos econômicos feitos por historiadores; e também é condição indispensável para demolir alguns estudos históricos feitos por economistas.

O historiador pode e sobretudo **deve** usar a metodologia econômica para fazer história, sem se esquecer – jamais! – que o seu objeto de estudo não é outra coisa senão *a História dos Homens*.⁴⁹

Evandro de Oliveira Machado.

Em 28.06.2005.

⁴⁹ Estas *considerações finais* foram escritas com base em anotações colhidas em sala de aula, selecionadas aquelas com as quais concordo.